

## EIXO TEMÁTICO 9 | QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E SEXUALIDADES

### VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA MULHERES INDÍGENAS EM SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA

### SEXUAL VIOLENCE AGAINST INDIGENOUS WOMEN IN SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA

Maria Eduarda de Sousa Barros

#### RESUMO

Historicamente as mulheres indígenas têm sido vítimas das mais diversas formas de violência, especialmente da violência sexual. Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo refletir sobre o atual cenário de violência sexual contra essas mulheres, especificamente na cidade de São Gabriel da Cachoeira. Para possibilitar isso, é realizada uma revisão bibliográfica dos textos de Cristiane Lasmar, Dulce Morais e José Miguel Olivar, constantes no plano de curso da disciplina de Etnologia Indígena. Esses textos tornarão possível compreender não só a situação das mulheres indígenas, como também a atuação do Estado frente a esse cenário. A partir disso, possibilitar-se-á alcançar o objetivo proposto.

**Palavras-chave:** Colonização; Estado; Gênero; Mulheres Indígenas; Violência Sexual.

#### ABSTRACT

Historically, indigenous women have been victims of various forms of violence, especially sexual violence. In this sense, the present study aims to reflect on the current scenario of sexual violence against these women, specifically in the city of São Gabriel da Cachoeira. To enable this, a bibliographic review of the texts by Cristiane Lasmar, Dulce Morais, and José Miguel Olivar. These texts will make it possible to understand not only the situation of indigenous women but also the role of the State in addressing this scenario. From this, the proposed objective can be achieved.

**Keywords:** Colonization; State; Gender; Indigenous Women; Sexual Violence.

## 1 INTRODUÇÃO

Desde a época da invasão dos portugueses à terra que mais tarde viria a se chamar Brasil, os povos indígenas foram vítimas de uma infinidade de violências. Como se sabe, os colonizadores viam os ditos “outros”, os “primitivos”, não como sujeitos, mas como objetos. Nesse sentido, a própria noção de humanidade era retirada dos colonizados, de modo que a exploração desses era posta como um direito natural daqueles que se denominavam “civilizados”. Assim, dizer que os povos indígenas foram historicamente violentados não é mera afirmação, mas sim um fato comprovado.

Tendo isso em vista, é necessário darmos maior destaque à questão de gênero. Isto é, ainda que homens e mulheres indígenas tenham sido submetidos à exploração colonizadora, sob estas últimas pesa um tipo específico de violência, qual seja, a sexual. Trata-se, aqui, dos abusos e estupros cometidos pelos europeus contra os corpos indígenas femininos. Dessa forma, observamos a dupla exploração à qual foram submetidas essas mulheres, pois, além de forçadas a trabalhar, também foram sexualmente violentadas pelos agentes do projeto colonizador. E é justamente a essa segunda exploração, que os autores creditam a formação da sociedade brasileira.

A saber, sociólogos como Gilberto Freyre em seu livro “Casa Grande e Senzala” e outros de sua época, na busca pela compreensão e construção de uma teoria sobre a formação da sociedade brasileira, argumentam que foi a relação entre mulheres indígenas e os homens europeus que possibilitou o surgimento dos primeiros “brasileiros”. No entanto, tais autores descartaram o aspecto violento dessa relação, em razão de uma suposta “disponibilidade” das nativas. Ora, é evidente que não se pode considerar, pelo menos não de forma generalizada, o aspecto consensual dessa relação, uma vez que claramente havia uma hierarquia de forças e quando tais mulheres estavam submetidas a um projeto fundamentalmente patriarcal e que, por isso mesmo, tinha em seu cerne a exploração dos corpos femininos.

Desse modo, é óbvio que as mulheres indígenas tiveram um papel fundamental na formação do Brasil, mas é preciso deixar claro que tal se deu sob muita luta e resistência, as quais, infelizmente, não se encerram no passado. A saber, ainda nos dias de hoje, mais de 500 anos após o período de colonização, os corpos indígenas femininos continuam sendo vítimas de violência sexual. De acordo com a agência *Think EVA*, 1 em cada 3 mulheres indígenas já foi vítima de violência sexual. Além disso, ainda segundo a agência, mulheres e meninas indígenas

são as mais vulneráveis ao tráfico humano para prostituição. Esses dados são importantes porque revelam que a violência sexual ainda é uma dura realidade enfrentadas por essas pessoas, além de chamarem atenção para a necessidade em se discutir essa questão.

Em razão disso, no presente trabalho proponho refletir sobre a violência sexual contra as mulheres indígenas na atualidade. Para isso, utilizo os textos “Mulheres indígenas: representações” e “De volta ao lago de leite: gênero e transformação no Alto do Rio Negro”, de Cristiane Lasmar e o texto “Violência sexual, mulheres indígenas e Estado em São Gabriel da Cachoeira”, de Dulce Morais. Esses textos constam no programa da disciplina de Etnologia Indígena e me possibilitam não apenas refletir sobre o fato concreto da violência sexual contra mulheres indígenas na atualidade, como também me permitem questionar o papel do Estado, ou, mais precisamente, de seus agentes, diante dessa realidade.

Além disso, destaco que a partir do texto “Mulheres indígenas: representações” retomo brevemente os estereótipos coloniais sobre as mulheres indígenas, os quais as colocam em um papel de sensualidade e disponibilidade, conforme os argumentos já mencionados de Gilberto Freyre. Considero essa retomada histórica importante por me permitir localizar os argumentos que, de alguma forma, naturalizam a violência sexual contra essas mulheres e que, pelo menos implicitamente, ainda constam no imaginário de uma parcela da sociedade atual, especialmente dos homens.

Portanto, o intuito desse trabalho é contextualizar e denunciar a realidade enfrentada por essas mulheres, chamando atenção para a importância de trazer essa discussão à tona, especialmente pela pouca visibilidade que possui.

## **2 O PASSADO E O PRESENTE DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA MULHERES INDÍGENAS**

Para compreender o atual cenário de violência sexual contra mulheres indígenas, é preciso fazer algumas considerações. Em primeiro lugar, destaca-se o estereótipo ao qual tais mulheres estiveram historicamente vinculadas, qual seja, o da “índia genérica”, conforme aponta Lasmar (1999). Segundo a autora (p.4), essa imagem das mulheres indígenas as coloca enquanto seres altamente sexualizados, sem qualquer pudor, sensuais e disponíveis às relações sexuais com o colonizador. Isso pode ser observado em um dos capítulos do livro “Casa Grande e Senzala”, de Gilberto Freyre, no qual o sociólogo descreve a relação entre as mulheres

indígenas e os homens brancos europeus. Num dos trechos destacados por Lasmar, Freyre (1964 [1933], p. 130) afirma:

O ambiente em que começou a vida brasileira foi de quase intoxicação sexual. O europeu saltava em terra escorregando em índia nua; os próprios padres precisavam descer com cuidado, senão atolavam o pé em carne. [...] As mulheres eram as primeiras a se entregarem aos brancos, as mais ardentes indo esfregar-se nas pernas desses que supunham deuses. Davam-se ao europeu por um pente ou um caco de espelho.

A partir desse destaque, pode-se comprovar a visão que se tinha sobre as mulheres indígenas. Isto é, nota-se que a identidade delas era atrelada à pura lascívia e à hipersexualidade, de tal modo que eram os homens brancos que deveriam tomar cuidado e não o contrário. Ao afirmar que elas eram “as primeiras a se entregarem” e que aquelas “mais ardentes” se “esfregavam” nas pernas dos brancos, Freyre expõe não só sua visão, como também a dos pensadores da época, a qual era substancialmente influenciada e formada pelos estereótipos colonialistas e que, justamente por isso, serviam para legitimar as violências cometidas contra tais mulheres.

Ao colocar as indígenas neste local de sexualidade exacerbada, possibilita-se a criação de outra narrativa dos fatos ocorridos. Nessa perspectiva, ao invés de vítimas da violência sexual dos colonizadores, as mulheres indígenas passam a ser responsáveis pela degradação desses homens “intelectual” e “moralmente” elevados. Nota-se, portanto, que o colonialismo não apenas inverte os fatos, mas também elabora a justificativa para os crimes cometidos contra as mulheres indígenas, precisamente ao negá-los.

Todavia, é preciso mencionar que o uso da violência sexual enquanto ferramenta contra mulheres indígenas não é exclusivo dos homens brancos. A saber, Lasmar (1999) relata que até mesmo em algumas comunidades indígenas esse tipo de violência é utilizado como ferramenta disciplinadora das mulheres. De acordo com a autora (p.7), muitas das aldeias da Amazônia são marcadas pelo antagonismo sexual, aspecto este que se apresenta na vida cotidiana não só pela divisão do trabalho e da posição social, mas principalmente pela ameaça, seja ela real ou simbólica, da violência sexual coletiva contra aquelas mulheres que infrinjam as regras.

É evidente que para comparar o uso da violência sexual, enquanto ferramenta de manipulação e exploração dos corpos indígenas femininos, por homens brancos e homens indígenas seria preciso fazer uma série de considerações, especialmente em relação às características específicas de cada um dos grupos. Entretanto, as afirmações de Lasmar (1999)

permitem compreender, de forma breve, que as mulheres indígenas não são vítimas apenas dos homens brancos, mas também dos próprios companheiros de etnia.

O uso da ameaça, real ou simbólica, da violência sexual por alguns grupos indígenas não deixa de ser uma forma de subjugar os corpos femininos, uma vez que busca, sobretudo, garantir que elas sigam as regras impostas. Por sua vez, a concretização da violência sexual pelos europeus brancos tinha uma finalidade parecida, ainda que mais brutal e parte de um projeto maior.

Nesse viés, é necessário deixar claro que aqui não se pretende estabelecer uma comparação absoluta, pois, como já mencionado, seria preciso um maior aprofundamento do assunto. Por outro lado, também não se busca colocar a categoria gênero como universal e/ou superior às demais categorias, haja vista que é somente através da interseccionalidade que se pode tentar compreender e revelar a realidade dos povos oprimidos. No entanto, a presença da violência sexual contra mulheres indígenas no discurso/práticas de homens brancos e de algumas comunidades indígenas revela a histórica subjugação dos corpos dessas mulheres.

Além disso, esse cenário possibilita compreender como esse tipo de violência se manifesta na atualidade. Isto é, o exposto acima, ao mostrar que as mulheres indígenas foram historicamente vítimas de violência sexual, revela a existência de uma estrutura de exploração e dominação dos corpos das mesmas; e é justamente por isso que ela ainda persiste nos dias de hoje. Nesse sentido, a realidade vivenciada pelas mulheres indígenas em um município do Alto Rio Negro é um indicador da permanência dessa estrutura.

A saber, São Gabriel da Cachoeira, localizada no noroeste da Amazônia, é reconhecida como a cidade mais indígena do Brasil. O processo de criação dessa cidade está intimamente relacionado com o militarismo e a religião, conforme aponta Lasmar (2005). De acordo com ela (p. 155), o “início” da ocupação desse território ocorre por volta de 1759, quando os portugueses ali instalam um forte militar e quando chegam os missionários jesuítas. Posteriormente, os salesianos chegaram à região para “civilizar” os indígenas e deram início à construção de prédios, o que acarreta, em 1938, a elevação da região à categoria de cidade.

Com o passar das décadas, Lasmar (2005, p. 156) conta que o projeto desenvolvimentista do País despertou o interesse do governo federal pela região. Desse modo, em 1970 houve o início da construção de uma rodovia e de estrada em São Gabriel da Cachoeira, resultando em um expressivo aumento demográfico da cidade. Entre aqueles que passaram a povoar a região, destacam-se os militares e os peões que lá foram trabalhar, fato

que marcou significativamente as relações sociais na cidade. Isto é, segundo a autora, a interação entre os forasteiros e os moradores produziu agitações na vida social da região, especialmente devido ao relacionamento entre os homens brancos e as mulheres indígenas.

Não irei me ater aos detalhes dessa relação e as consequências para a estrutura social, como o fez Lasmar (2005). Ao contrário, detenho-me no foco desse trabalho, qual seja, a violência sexual. Dessa forma, a partir dos apontamentos da autora (p.157), destaco que a presença dos militares e peões na região é marcada pelo assédio e violência sexual contra as jovens indígenas. Os relatos de algumas moradoras mais antigas mencionados por Lasmar (p. 157), evidenciam que as mulheres indígenas eram levadas para a estrada em construção para serem estupradas coletivamente.

Através desse cenário, podemos observar que a violência sexual está diretamente atrelada ao surgimento dessa espacialidade do Alto Rio Negro. Não é à toa que no texto de Olivar (2019), podemos ler nos relatos das moradoras da cidade que “essas violências sempre ocorreram” (p.16). Dois momentos do referido texto são comprovadores desse continuum da violência sexual na cidade, quais sejam: o caso de Sarah e o relato de D. Inácia. Em relação ao primeiro, temos o caso de uma jovem indígena, menor de idade, estudante, que foi estuprada e assassinada no ano de 2016. Por sua vez, o relato de D. Inácia retrata o cenário da época em que ela era jovem, no qual aquelas mulheres que iam para as festas eram “caçadas” pelos policiais e mandadas para prostíbulos, estas que acabavam morrendo em razão da intensa exploração de seus corpos. Em um dos trechos do relato, D. Inácia afirma:

(...)No tempo que as firmas chegaram, houve muitas mortes, estupravam, principalmente as meninas que saíam fora de hora. Abusavam, levavam na estrada. Até no cu delas eles faziam... elas acabavam morrendo sem ser enterradas, na estrada... (...) É assim que aconteceu naquele tempo, que eles engravidavam, mataram...E são os filhos que estão agora praticando esse tipo de crime (OLIVAR, 2019, p. 14-15)

A partir desse relato, podemos compreender, de forma mais concreta, a crueldade dessa estrutura que violenta os corpos femininos indígenas tanto no passado, quanto no presente. Isto é, a fala de Dona Inácia retrata não apenas a realidade vivenciada por ela em sua juventude, mas também a continuidade disso através dos filhos dos peões e soldados de outrora. Nessa perspectiva, o estupro e assassinato de Sarah, ocorrido em 2016, corrobora a afirmação de D. Inácia de que agora são os “filhos” que praticam esse crime.

Mais que isso, esse caso nos permite perceber a omissão do Estado perante os crimes contra tais mulheres. Isso não significa dizer que essa entidade não esteja agindo em casos

desse tipo, posto que cumpre com seu papel fundamental, qual seja, o punitivismo. No entanto, Olivar (2019, p. 8) aponta que, ao contrário da população, o Estado nega o estupro de Sarah, correlacionando sua morte à “asfixia, estrangulamento e agressão”, o que, por si só, nos dá indícios da omissão dessa Instituição para com os corpos indígenas femininos.

Nesse contexto, é válido mencionar a dissertação de Morais (2022), na qual ela expõe, de forma detalhada, como o Estado, ao negar o estupro, também produz violências contra as mulheres indígenas. Desse modo, no segundo capítulo, intitulado “Mulheres Indígenas e Violência Sexual no Fazer do Estado”, a autora nos apresenta as histórias de Francisca, Kátia e de Sarah, já mencionada. Notamos que além do gênero, essas mulheres tinham em comum o fato de serem indígenas e de terem sido brutalmente violentadas e assassinadas. Além disso, elas também dividem o fato de, mesmo após mortas, continuarem sendo violentadas pelo Estado, ou por aqueles que agem em seu nome, ao não reconhecerem a violência sexual na Declaração de Óbito (DO) e outros documentos.

Assim, ainda que os moradores e mesmo alguns agentes do Estado reconheçam e relatem que a morte das três mulheres está atrelada à violência sexual, esta não é oficialmente reconhecida nos documentos. Esse fato nos mostra que há uma disputa de poderes e saberes, no sentido foucaultiano, visto que, por um lado, os moradores afirmam a existência do crime e, por outro, o Estado nega. Evidentemente, a hierarquia de poderes faz com que seja a narrativa do Estado aquela que consta como “verdade” nos documentos. Isso também nos revela um Estado profundamente leigo nas questões de gênero e violência, conforme aponta Morais (2022).

Entretanto, não é apenas o Estado que se mostra leigo nessas questões. Segundo Lasmar (2005, p. 184), a própria sociedade de São Gabriel da Cachoeira acaba sendo “conivente” com as violências sexuais ao colocar a responsabilidade sobre as mulheres. A saber, na cidade há um consenso de que devem elas mesmas tomar cuidado para não correr o risco de serem estupradas. Em razão do medo de serem socialmente julgadas, as mulheres que são vítimas desse crime têm receio de denunciar à polícia. Assim, retroalimenta-se uma estrutura que não só explora sexualmente essas mulheres, como também transfere a elas a responsabilidade pela violência sofrida.

Diante disso, notamos que a violência sexual é uma dura realidade enfrentada pelas mulheres indígenas de São Gabriel da Cachoeira. Esse cenário é reforçado, por um lado, pelo Estado ao não reconhecer o crime na Declaração de Óbito e, por outro, pela sociedade ao

colocar nas mulheres a responsabilidade pela violência sofrida. Ainda que haja punição do crime pelo primeiro e o reconhecimento dessa realidade pelo segundo, a questão não é solucionada justamente por ser estrutural. Isto é, ao longo do texto podemos perceber, sobretudo, que exploração dos corpos indígenas femininos é fruto de uma estrutura há muito existente e que ainda nos dias de hoje permanece produzindo violência contra essas mulheres.

### **3 CONCLUSÃO**

Conforme apontado inicialmente, as mulheres indígenas têm sido, ao longo da História, vítimas das mais diversas formas de violência, especialmente da violência sexual. Nesse sentido, ao longo do trabalho foi possível analisar não só como essa violência marcou a vida dessas mulheres ao longo dos séculos, mas também a continuidade dela nos dias atuais. Nesse cenário, foi destacada a cidade de São Gabriel da Cachoeira em razão de ser a cidade com a maior população indígena do Brasil, pelos vários casos de estupro noticiados e porque ela evidencia a estrutura de exploração dos corpos indígenas femininos.

Logo, a análise dessa espacialidade foi fundamental para alcançar o objetivo proposto, qual seja, o de refletir sobre o atual cenário de violência sexual contra mulheres indígenas. Através da revisão dos textos de Lasmar (1999;2005), Moraes (2022) e Olivar (2019), compreendemos como os aspectos permeiam essa realidade na região e, mais precisamente, como o Estado e a sociedade a encaram.

É claro, no entanto, que a questão não foi esgotada, posto sua complexidade. Todavia, esse trabalho buscou apenas lançar luz sobre a problemática, dada a sua pouca visibilidade. Por fim, também se objetivou denunciar a difícil realidade enfrentada pelas mulheres indígenas de São Gabriel da Cachoeira.

### **REFERÊNCIAS**

LASMAR, Cristiane. De volta ao lago de leite: gênero e transformação no Alto do Rio Negro. São Paulo: **Editora UNESP: ISA**; Rio de Janeiro: NUTI. 2005.

\_\_\_\_\_. Mulheres Indígenas: representações. **Estudos Feministas**, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – IFCS/U, 1997, pp.143-156.

MORAIS, D. De documentos, cactos e vírus: violência sexual, mulheres indígenas e Estado em São Gabriel da Cachoeira. 2022. **Dissertação** – Faculdade de Saúde Pública da USP, São Paulo, 2022.

OLIVAR, José Miguel Nieto. Caçando os devoradores. Agência, “meninas indígenas” e enquadramento neocolonial. **Revista de Antropologia**, v. 62, n. 1, p. 7-34, 2019.